



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Concurso Público C-222 - Edital 001/2025 - SEPLAD/SEFA

**ANALISTA FAZENDÁRIO DE SAÚDE
OCUPACIONAL - PSICOLOGIA
CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS**

NOME DO CANDIDATO: _____
Nº DE INSCRIÇÃO: _____
Assinatura _____

PROVA TIPO

1

ATENÇÃO!!! APÓS RECEBER ESTE CADERNO DE QUESTÕES, VERIFIQUE, IMEDIATAMENTE, SE CORRESPONDE AO MESMO TIPO DE PROVA INDICADO NO SEU CARTÃO RESPOSTA. A CORRESPONDÊNCIA DO TIPO DE PROVA DO CARTÃO RESPOSTA COM O CONSTANTE NO CADERNO DE QUESTÕES É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste **CADERNO DE QUESTÕES**, com 100 (cem) **questões objetivas**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das suas respostas.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda ao registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho deste **CADERNO DE QUESTÕES**, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Esta prova terá a duração de **5 (cinco) horas** e você deverá permanecer neste local, obrigatoriamente, por, no mínimo, **4 (quatro) horas** após o seu início, não podendo sair, em hipótese alguma, com o **CARTÃO RESPOSTA**.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA**, deve ser feita conforme indicado nele, exclusivamente com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. **Não é permitido anotar gabarito. O candidato flagrado com gabarito anotado será eliminado.**
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Ao final da sua prova, você deverá devolver o seu **CARTÃO RESPOSTA** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**. O candidato só poderá levar o seu **CADERNO DE QUESTÕES** quando faltarem 30 (trinta) minutos, ou menos, para o término da Prova.
11. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos conclua a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
12. O envelope **porta-objetos recebido para guarda do material**, inclusive do seu cartão de inscrição, deverá ser **lacrado** e, **obrigatoriamente**, colocado embaixo de sua carteira.
13. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2025-SEPLAD/SEFA de 23/12/2025.

Boa Prova!

CÓPIA • CÓPIA • CÓPIA

CONHECIMENTOS GERAIS

D1 – PORTUGUÊS

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.

Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças

Benefícios sociais e contribuições baseadas no piso salarial acompanham reajuste.

Da CNN Brasil 01/01/26 às 15:32 | Atualizado 01/01/26 às 19:41

O novo salário mínimo para 2026, no valor de R\$ 1.621, passa a vigorar nesta quinta-feira (1º). O valor representa um reajuste de R\$ 103 ou 6,79%, em relação aos R\$ 1.518 de 2025.

Com isso, os trabalhadores passam a receber o novo salário a partir do pagamento de fevereiro. O valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04, com o mínimo da hora trabalhada em R\$ 7,37.

[...]

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/novo-salario-minimo-de-r-1-621-entra-em-vigor-hoje-entenda-mudancas/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

01 Sobre as palavras que compõem a construção “salário mínimo”, no que se refere à acentuação gráfica, é correto afirmar que recebem acento

- (A) circunflexo, ambas seguindo a mesma regra de acentuação gráfica.
- (B) grave, seguindo diferentes regras de acentuação gráfica.
- (C) grave, ambas acentuadas pelo fato de serem oxítonas terminadas em “o”.
- (D) agudo, a primeira acentuada por ser oxítona terminada em “o” e a segunda por ter “i” tônico em hiato.
- (E) agudo, a primeira acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo oral e a segunda por ser proparoxítona.

02 A partir das informações apresentadas no trecho da notícia acerca do novo salário mínimo, é correto afirmar que

- (A) o salário mínimo em 2025 foi cento e três reais mais baixo do que o novo salário mínimo de 2026.
- (B) o reajuste no salário mínimo impactará decisivamente na vida dos trabalhadores brasileiros, permitindo uma distribuição de renda justa e equânime.
- (C) o valor referente ao reajuste no salário mínimo não será recebido pelos trabalhadores brasileiros em janeiro, pois só entrará em vigor em fevereiro de 2026.
- (D) com a adição de R\$ 54,04 no salário mínimo de 2026, haverá um reajuste de 6,79%, em relação ao valor do salário mínimo em 2025.
- (E) o brasileiro precisará trabalhar 28 dias por mês para receber o total de R\$ 1.621, já que, em 2026, o valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04.

03 Em “Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças”, o uso de ponto e vírgula justifica-se por

- (A) separar um termo de valor explicativo, representando uma pequena pausa em uma frase declarativa.
- (B) delimitar orações coordenadas relacionadas, mas que poderiam ocorrer em separado.
- (C) sinalizar o final de uma frase declarativa.
- (D) introduzir uma citação ou uma fala reportada na frase, conferindo-lhe um tom conativo ou apelativo.
- (E) indicar uma interrupção, omissão ou hesitação no fluxo informacional da frase.

04 Observa-se um caso de pronome oblíquo átono corretamente empregado em

- (A) Não siga-me, pois desejo ficar só.
- (B) Minha mãe doará-me seus dois cachorros.
- (C) Darei-lhe uma boa lição, se ele não pedir desculpas.
- (D) Me diga se preferir que eu saia, pois não quero ser inconveniente.
- (E) Sempre me pergunto se realmente fizemos a coisa certa.

- 05 A alternativa em que o verbo ocorre na voz reflexiva é
- (A) Perdeu-se a chave do local.
 - (B) Precisa-se de sangue do tipo A+ com urgência.
 - (C) Arrumou-se e foi visitar o melhor amigo.
 - (D) Cogitou-se reformar o escritório.
 - (E) Arruinaram-se nossas expectativas de viajar esse mês.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/como-o-dinheiro-publico-e-investido-mapa-mental/269406352>.

Acesso em: 03 de janeiro de 2026.

- 06 No trecho “Determina que os governantes tenham responsabilidade de não gastar mais do que arrecada em impostos”, observa-se
- (A) uma construção corretamente redigida, sem problemas de concordância, regência ou ortografia.
 - (B) um problema relativo à concordância verbal, em que um dos verbos da construção está erroneamente no singular.
 - (C) uma construção corretamente redigida, mas que inclui um caso de regência verbal em que é facultado o uso de preposição.
 - (D) um problema ligado à colocação de pronome do caso reto no primeiro verbo da construção.
 - (E) um emprego inadequado de pontuação, tendo em vista que as três orações que compõem a construção estão incorretamente pontuadas.
- 07 No trecho “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, observa-se a presença de
- (A) um pronome demonstrativo e um pronome adjetivo, respectivamente.
 - (B) um pronome possessivo e um pronome indefinido, respectivamente.
 - (C) dois pronomes indefinidos.
 - (D) dois pronomes relativos.
 - (E) um pronome substantivo e um pronome relativo, respectivamente.

08 Sobre o fragmento “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, analisem-se as afirmativas abaixo:

- I. Há omissão de uma preposição necessária à regência do verbo “precisar”.
- II. Há um problema de concordância nominal no referido fragmento.
- III. É necessário acrescentar vírgula após o adjunto adverbial observado na frase.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

09 A alternativa em que consta a sentença em que há apenas palavras corretamente grafadas é

- (A) Estamos corretos em reinvidicar esse reajuste, no apice de grandes transformações econômicas.
- (B) Ser bem-vindo aqui não é exceção: é a regra de nosso estabelecimento.
- (C) A ascensão de um líder inadequado pode colapsar todo um trabalho já realizado.
- (D) A alíquota do novo imposto para o micro-empendedor dependerá do subcídio dado.
- (E) A paralização foi recebida com chingamentos de pessoas mal-intencionadas.

10 Na frase “Referi-me àquela pessoa de modo respeitoso”, o emprego de crase justifica-se pelo fato de

- (A) o verbo ser transitivo direto, exigindo, portanto, uma preposição, que se funde a um substantivo feminino.
- (B) o verbo ser intransitivo, em que há fusão de uma preposição feminina a um artigo feminino singular.
- (C) a palavra “àquela” ser proparoxítone e, como tal, precisa receber acento gráfico.
- (D) ocorrer em pronome demonstrativo feminino, em que há fusão de uma preposição exigida pelo verbo.
- (E) ocorrer na palavra “àquela”, que está no feminino e que se une à conjunção feminina singular “a”.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-dinheiro-do-futuro/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

11 Sobre a charge “DINHEIRO DO FUTURO”, é correto afirmar que

- (A) mostra uma cena cotidiana, uma conversa entre pai e filho, em que se observa uma mensagem formal, objetiva e direta, sendo o humor um elemento acessório à compreensão do texto.
- (B) o objetivo do texto é alertar a população, por meio de campanha publicitária humorística, para a baixa circulação de dinheiro físico no mercado financeiro brasileiro, uma vez que temos usado cada vez mais cartões virtuais e pix.
- (C) o texto busca criticar, de maneira leve e dotada de humor, o comportamento de alguns pais, por não se organizarem financeiramente e não educarem seus filhos, em se tratando do uso racional do dinheiro.
- (D) o texto busca gerar um efeito humorístico, a partir da reação inesperada do personagem pai, em resposta à fala do personagem filho.
- (E) o produtor do texto direciona o público leitor a fazer uma reflexão acerca de famílias que não têm acesso à tecnologia e, por isso, ficam à margem da sociedade, por não terem acesso a bancos virtuais, sofrendo com a baixa circulação de dinheiro físico.

12 Em “Pai, sabia que no futuro não haverá dinheiro físico?”, sobre os dois verbos da construção, é correto afirmar que

- (A) o primeiro concorda com o substantivo “pai” e o segundo concorda com o substantivo “futuro”.
- (B) ambos concordam com o sujeito “dinheiro físico”.
- (C) o primeiro concorda com o sujeito elíptico “você” e o segundo é impessoal.
- (D) ambos concordam com o sujeito “pai”.
- (E) o primeiro concorda com o sujeito “pai” e o segundo concorda com o sujeito “dinheiro físico”.

13 Sobre o trecho “[...] aqui em casa o futuro já chegou”, é correto afirmar que

- (A) o sujeito “futuro” está na primeira pessoa do singular, concordando com o verbo “chegou”.
- (B) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com “em”, enquanto que o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com “o”.
- (C) tanto o sujeito “casa” quanto o verbo “chegou” estão na segunda pessoa do singular.
- (D) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com o verbo “chegou”, que está na segunda pessoa do singular.
- (E) o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com o artigo “o”, enquanto que o verbo “chegou” está na terceira pessoa do singular, concordando com o sujeito “futuro”.

14 Na frase “Eu preferiria peixe frito no almoço. Seria possível trocar o pedido?”, o verbo sublinhado encontra-se no

- (A) presente do modo subjuntivo.
- (B) futuro do presente do modo subjuntivo.
- (C) pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.
- (D) futuro do pretérito do modo indicativo.
- (E) imperativo afirmativo.

15 A alternativa em que consta frase com correto emprego de regência nominal é

- (A) Aquele seu outro uniforme é preferível do que esse.
- (B) Sempre tive certeza que ele não mediria esforços para estar presente.
- (C) Fiquei indiferente aos inúmeros telefonemas daquela pessoa indesejada.
- (D) Minha irmã mais nova tem horror de cobras e sapos.
- (E) A cerimônia de outorga de grau do meu amigo foi paralelo o aniversário do meu tio.

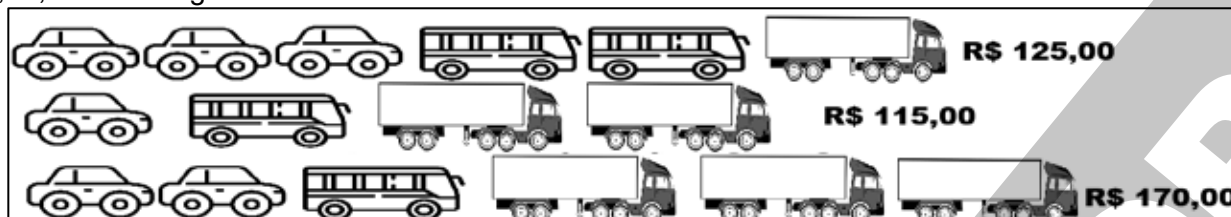
D2 – MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

16 Em um centro de reprodução de documentos, havia 4 (quatro) máquinas idênticas que reproduziam 40.000 cópias em 5 horas. Houve a troca dos equipamentos para 3 (três) máquinas idênticas, com velocidade 50% superior em relação à dos equipamentos anteriores. Conservando as demais condições de impressão e as proporcionalidades entre as grandezas envolvidas, o tempo necessário para reproduzir 90.000 cópias com as novas máquinas será de

- (A) 6 horas.
- (B) 7 horas.
- (C) 8 horas.
- (D) 9 horas.
- (E) 10 horas.

RASCUNHO

17 Em uma estação de pedágio, em três momentos distintos, passaram automóveis de passeio (fim da fila), ônibus (interior da fila) e caminhões (frente da fila), pagando, respectivamente, R\$125,00, R\$115,00 e R\$170,00, como na figura abaixo:



Pode-se afirmar que o valor do pedágio pago por um

- (A) ônibus é o dobro do valor pago por um automóvel de passeio.
- (B) ônibus é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (C) caminhão é o dobro do valor pago por um ônibus.
- (D) caminhão é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (E) caminhão corresponde ao valor pago por um automóvel de passeio e por mais um ônibus.

18 Em uma seleção, as vagas das posições 5^a, 21^a, 41^a, 61^a, 81^a, ... e assim sucessivamente, de 20 em 20, foram ocupadas por pessoas com deficiência (PcD), enquanto as vagas das posições 3^a, 8^a, 13^a, 18^a, 23^a, 28^a, ... e assim por diante, foram ocupadas por pessoas pretas ou pardas (PPP), não havendo PcD ou PPP ocupando outras vagas distintas das estabelecidas para as suas respectivas cotas. Ao sortear-se aleatoriamente uma posição entre as 300 vagas ocupadas na seleção, a probabilidade de ela não ter sido preenchida por PcD nem por PPP é igual a

- (A) 80%.
- (B) 75%.
- (C) 70%.
- (D) 65%.
- (E) 60%.

19 Em 1937, o matemático alemão Lothar Collatz propôs uma conjectura que, resumidamente, nos diz: quando um número natural n , pertencente ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots\}$, é sucessivamente dividido por 2 (se n for par) ou triplicado e somado com 1 (se n for ímpar), a sequência numérica invariavelmente terminará em 4, 2, 1. Sejam C_k os conjuntos com as sequências obtidas pela aplicação da conjectura de Collatz, a partir dos números k pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$. Por exemplo, o conjunto C_5 será $\{5, 16, 8, 4, 2, 1\}$.

A partir dessas premissas, considere as seguintes afirmativas:

- I. O conjunto C_3 tem 8 elementos;
- II. O conjunto C_{12} tem o dobro da quantidade de elementos do conjunto C_6 ;
- III. Para quaisquer x e y pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$, com $x > y$, o conjunto C_x terá mais elementos do que o conjunto C_y .

Pode-se afirmar que

- (A) somente a afirmativa I é verdadeira.
- (B) todas as afirmativas são falsas.
- (C) somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (D) todas as afirmativas são verdadeiras.
- (E) somente a afirmativa II é falsa.

RASCUNHO

20 Alda, Beatriz e Carla são servidoras públicas estaduais. Elas são lotadas na SEFA (Secretaria de Estado da Fazenda), na SEDUC (Secretaria de Estado de Educação) ou na SEPLAD (Secretaria de Estado de Planejamento e Administração), nasceram em Altamira, Itaituba ou Marabá e possuem 5, 10 ou 15 anos de serviço público, não necessariamente nessas ordens.

- Alda nasceu em Altamira, não trabalha na SEFA e não tem 15 anos de serviço público;
- A que trabalha na SEFA é a que tem somente 5 anos de serviço público, mas não nasceu em Marabá;
- Beatriz, que não nasceu em Itaituba, não trabalha na SEDUC.

Pode-se afirmar que

- (A) Beatriz não trabalha na SEPLAD.
- (B) Carla trabalha na SEDUC.
- (C) Alda não é a que tem somente 10 anos de serviço público.
- (D) a que nasceu em Marabá tem 15 anos de serviço público.
- (E) a que nasceu em Itaituba não é a que tem apenas 5 anos de serviço público.

D3 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉTICA

21 Originado no contexto do Estado Liberal, o modelo burocrático de administração pública surgiu em resposta às pressões sociais pela ampliação e racionalização dos serviços públicos, para atender às demandas de grandes corporações industriais e reestruturar o Estado rumo a um projeto de desenvolvimento. Fundamentando-se no tipo ideal de burocracia formulado por Max Weber (1864-1920), considere os itens abaixo.

- I. Profissionalização, carreira, hierarquia, impessoalidade, formalismo e racionalidade da gestão.
- II. Controle administrativo exercido *a priori*, como forma de combater a corrupção e o nepotismo.
- III. Legitimidade dos governos baseados na tradição, fundamentada na dominação racional-legal.
- IV. Organização caracterizada pela previsibilidade e pela especialização funcional.

Os itens que representam o ideal weberiano são:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

22 A necessidade de modernização do aparato estatal, combinada com a crescente demanda da sociedade por melhores serviços públicos, levou à organização da Administração Pública brasileira em Administração Direta e Indireta. Considerando as reformas administrativas que ocorreram ao longo da história do Brasil, a reforma que estabeleceu formalmente a distinção entre Administração Direta e Indireta é chamada, por convenção, como Reforma de:

- (A) 1889.
- (B) 1930.
- (C) 1967.
- (D) 1995.
- (E) 2002.

23 Conforme Matias Pereira (2010), o modelo de administração pública que entende a sociedade como uma agregação de escolhas pessoais e o estado como organizador de uma arena competitiva e fiscalizador de serviços públicos, orientado para a busca pela eficiência e pela ênfase na qualidade percebida pelos usuários dos serviços públicos, fundamenta a concepção de administração pública baseada no(a):

- (A) Patrimonialismo.
- (B) Burocracia.
- (C) Gerencialismo.
- (D) Coletivismo.
- (E) Individualismo.

24 Entendida como a obrigação de prestar contas, *accountability* expressa a capacidade da Administração Pública de responsabilizar e punir seus integrantes que, pelos processos, decisões ou comportamentos, se revelem em desacordo com os padrões esperados de *compliance*. Considerando a contemporaneidade da temática, um aspecto central da *accountability* é a capacidade de fazer cumprir as regras, normas e decisões que representam as melhores práticas de gestão. Considere as seguintes afirmativas abaixo, a respeito de tipos e características das formas de *accountability*:

- I. *Accountability* Horizontal, caracterizada como ação entre iguais, por meio da fiscalização mútua entre os três poderes, baseada no sistema de pesos e contrapesos, é realizada pelos órgãos governamentais legalmente constituídos.
- II. *Accountability* Vertical, caracterizada como ação entre desiguais, por meio do controle político, baseado no sistema eleitoral, ocorre por meio de plebiscito, referendo ou voto e é realizada pelos cidadãos.
- III. *Accountability* Societal, caracterizada como ação entre desiguais, por meio da fiscalização de entidades da sociedade civil organizada, baseada no sistema legal vigente, é realizada por conselhos, audiências públicas e outros mecanismos formais que integram o sistema estatal de controle.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
(B) I e II.
(C) II, apenas.
(D) II e III.
(E) III apenas.

25 Conforme o Decreto nº 4.104, de 14 de junho de 2000, que institui o Código de Ética Profissional e cria o Conselho de Ética no âmbito da Secretaria Executiva da Fazenda, é proibido ao servidor:

- I. Permitir atividade mercantil na repartição, dela participar ou dela transigir.
- II. Recusar fé a documentos públicos.
- III. Informar às demais instituições fazendárias ou não a ocorrência de infração à legislação vigente, especialmente contra a economia popular, no âmbito de suas respectivas especialidades e atribuições.
- IV. Fomentar intriga ou discórdia entre os colegas ou entre estes e a Administração Fazendária.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
(B) I, III e IV, apenas.
(C) II e IV, apenas.
(D) I, II, III e IV.
(E) I, II e IV, apenas.

D4 – DIREITO ADMINISTRATIVO

26 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Princípios jurídicos de direito administrativo são conceitos lógico-jurídicos, revestidos de caráter genérico, universal e abstrato, internacionalmente válidos para regular a relação entre a Administração e o Cidadão.
- II. A impessoalidade administrativa é princípio cujo teor normativo se dirige tanto à figura do agente público que representa a Administração – de modo que os atos praticados são imputados não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual o funcionário age – como à figura do administrado – que não pode sofrer qualquer espécie de discriminação ou privilégio, senão nos limites da lei.
- III. O princípio da legalidade aplicado no direito administrativo sugere que a administração só pode realizar atos ou tomar medidas que a lei expressamente ordena, não se podendo falar em adoção de critérios de conveniência e oportunidade, ou de discricionariedade administrativa, no direito administrativo moderno.
- IV. O princípio de publicidade implica a prerrogativa do cidadão de receber dos órgãos e entes públicos as informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvados aqueles casos de sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) II e IV.
(E) I e IV.

27 Considere as seguintes afirmativas:

- I. A competência para o exercício do poder de polícia é atribuída à pessoa federativa (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) a quem o ordenamento constitucional atribuiu competência para legislar e/ou atuar sobre determinada matéria, de maneira exclusiva, privativa, comum e/ou concorrente.
- II. O exercício do poder de polícia administrativa não prescinde dos atributos da autoexecutoriedade e da exigibilidade dos atos administrativos respectivos, dispensando a via judicial para cobrança de obrigações pecuniárias eventualmente impostas administrativamente, inclusive.
- III. O chamado “poder disciplinar” é subespécie do poder de polícia, em que a Administração Pública atua para responsabilizar cidadãos por atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas prerrogativas.
- IV. O poder normativo da Administração Pública implica a edição de normas jurídicas gerais e abstratas e, em regra, não autoriza a promulgação dos chamados “regulamentos autônomos”.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

28 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Os requisitos de validade do ato administrativo são: (a) agente competente; (b) objeto lícito, moral e possível; (c) motivo lícito, moral e real; (d) respeito às formalidades legalmente exigidas; e (e) finalidade que atenda ao interesse público.
- II. A autotutela administrativa implica que ao Estado é facultado o reconhecimento da nulidade de seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, respeitados os direitos adquiridos.
- III. A teoria do ato administrativo também se sujeita à teoria geral do fato jurídico, a qual divide os planos do fato jurídico em plano de existência, plano de validade e plano de eficácia.
- IV. Ato administrativo complexo se diferencia do ato administrativo composto, pois neste há a manifestação de mais de uma vontade administrativa autônoma, ao passo que, no primeiro, tem-se a prática de dois atos causal e teleologicamente vinculados, em que um é mera condição de eficácia e/ou validade do outro.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

29 Considere o seguinte caso concreto:

Luis é servidor público estadual, regido pela Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Após o fim de seu estágio probatório, foi instaurado processo administrativo disciplinar contra Luis, tendo-lhe sido imputada a prática de ato tipificado como improbidade administrativa, aplicação irregular de dinheiros públicos e lesão aos cofres públicos. Após o indiciamento e ante a instauração do procedimento administrativo disciplinar pela autoridade competente, Luis pediu exoneração do cargo que ocupava, o que lhe foi autorizado pela Administração Pública.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a exoneração a pedido é regular e admitida pelo Regime Jurídico Único paraense em casos semelhantes, admitindo-se ainda a conversão da exoneração a pedido em demissão.
- (B) com a exoneração a pedido, o processo administrativo disciplinar deve ser logicamente extinto e eventuais valores devidos por Luis à Administração Pública somente podem ser cobrados judicialmente.
- (C) a exoneração a pedido é, todavia, vedada em casos semelhantes pelo Regime Jurídico Único paraense, salvo se comprovada a sua inocência ao final do processo.
- (D) o processo administrativo disciplinar deve ser conduzido até o final, independentemente da exoneração a pedido, uma vez que o acusado possui direito subjetivo de provar a sua inocência.
- (E) o processo administrativo disciplinar deve ser suspenso pelo prazo de 180 dias, aguardando-se os resultados de eventuais processos judiciais em curso nos âmbitos civil e criminal, de modo a evitar decisões contraditórias.

30 Considere o seguinte caso concreto:

Yasmin, servidora pública da Secretaria de Estado da Fazenda, foi acusada de praticar o crime previsto no art. 3º, inciso III, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (“patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público”), tendo supostamente influenciado em favor de grande contribuinte, no curso de procedimento administrativo tributário que teria sido extinto indevidamente, ocasionando prejuízos substanciais ao erário.

No processo criminal, Yasmin foi condenada em primeira instância à pena de reclusão de 1 ano e 7 meses, mais 40 dias-multa. Após interposição do recurso cabível, a condenação foi revertida no Tribunal de Justiça, uma vez que não se comprovou o dolo de Yasmin.

No âmbito administrativo disciplinar, após a condenação criminal em primeira instância, foi instaurado procedimento administrativo para apuração da conduta atribuída à servidora, o qual não chegou ao final até o presente momento.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a absolvição na esfera criminal é indevida, uma vez que o tipo penal admite o crime culposos.
- (B) a absolvição na esfera criminal somente influi na esfera administrativa quando a autoridade judicante ou a autoridade policial decide no sentido da inexistência do fato ou negativa de autoria.
- (C) a absolvição na esfera criminal pela ausência de dolo não tem como consequência a extinção do processo administrativo disciplinar quando for possível aplicar pena disciplinar por fatos culposos em sentido estrito.
- (D) as esferas criminal, civil e administrativa são independentes entre si, exceto quando a lei formal expressamente determinar de modo diverso.
- (E) a absolvição na esfera criminal diante da ausência de dolo corresponde a decisão que reconhece inexistência do fato ou negativa de autoria, pelo que o dogma da independência entre esferas de responsabilização deve ceder, com a extinção do procedimento administrativo disciplinar pendente de conclusão.

D5 – NOÇÕES DE TI

31 Um técnico foi chamado para solucionar um problema em uma estação de trabalho. Ao executar o comando *ipconfig* no Prompt de Comando do *Windows*, o técnico obtém como resposta um endereço IPv4 válido (10.0.0.45), uma máscara de sub-rede correta (255.255.255.0) e o campo gateway padrão em branco. Considerando essas informações e que a rede utiliza o protocolo DHCP para distribuição de endereços, é correto afirmar que

- (A) a placa de rede está desativada.
- (B) a estação de trabalho não consegue se comunicar com a Internet.
- (C) o servidor DNS está fora do ar.
- (D) o cabo de rede está desconectado.
- (E) o comando *ipconfig* não tem permissão do administrador para exibir o gateway.

32 Em relação à computação em nuvem, considere as afirmativas a seguir.

I. No modelo SaaS, o provedor é responsável por manter a infraestrutura de nuvem.

II. A plataforma PaaS oferece um ambiente para desenvolvimento, gerenciamento e execução de aplicações.

III. A prática IaC permite que os recursos de infraestrutura sejam definidos e gerenciados por meio de código, ao invés de configurações manuais.

É verdadeiro o que é afirmado em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

33 Considere o fragmento de planilha abaixo, elaborado no programa Microsoft Excel 365, versão desktop em Português (Brasil) para Windows.

	A	B	C
1	Ivan	Paulo	
2	Felipe	Felipe	
3	Mauro	Pedro	
4	Pedro	Rubens	

Se a fórmula =PROCV(A4;B:B;1;FALSO) for inserida na célula C1, o resultado a ser apresentado nessa célula será

- (A) Paulo
- (B) Felipe
- (C) Pedro
- (D) Rubens
- (E) #N/D

34 Com referência a conceitos de segurança da informação, é correto afirmar que o software *Microsoft Defender*

- (A) é um programa de segurança nativo do sistema operacional *Windows 11*, que oferece proteção contra *spywares*, mas não contra *malwares*.
- (B) não possui recursos de *firewall* embutidos.
- (C) é uma ferramenta de segurança que possui recursos para proteger contra ameaças externas, como *malwares*, e controlar o tráfego de rede.
- (D) é um aplicativo web, portanto, não nativo do sistema operacional *Windows 11*, que permite criptografar todo o disco rígido ou unidades de armazenamento específicas.
- (E) é uma suíte de segurança que protege contra várias ameaças cibernéticas, incluindo as do tipo *ransomware*, cujo objetivo é esgotar os recursos de um servidor ou rede para torná-los indisponíveis aos usuários.

35 Sobre conceitos acerca de programas de navegação, é correto afirmar que

- (A) o Google Chrome, no seu modo de navegação anônima, não salva os arquivos de *download* criados pelo usuário.
- (B) o Mozilla Firefox é baseado no Chromium, um projeto de navegador de código aberto focado em ser rápido, seguro e estável.
- (C) o motor de renderização do Google Chrome é o Gecko, um projeto de código aberto do Google que interpreta HTML, CSS e JavaScript, para exibir páginas web.
- (D) se o usuário clicar com o botão do meio do *mouse* (geralmente, o botão de rolagem) sobre uma aba no Mozilla Firefox, essa aba será fechada.
- (E) o Google Chrome e o Mozilla Firefox não são compatíveis com serviços de VPN (Rede Privada Virtual).

D6 – DIREITO CONSTITUCIONAL

36 Em relação à Administração Pública brasileira, a recente Emenda Constitucional nº 138/2025 alterou o art. 37 da Constituição Federal, previu relevante mudança no regime da acumulação remunerada de cargos por servidor público e estabeleceu que

- (A) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.
- (B) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até dois cargos ou empregos técnicos.
- (C) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até três cargos na área da saúde.
- (D) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, é facultada a acumulação de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.
- (E) haverá a possibilidade de acumulação remunerada de até dois cargos públicos, desde que vinculados a entes federativos distintos, com compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional.

37 Considerando as competências constitucionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar que:

- I. O direito tributário é disciplina regida como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que leis complementares fixarão normas para cooperação entre esses entes, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- II. O direito tributário é disciplina regida como competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que, nesse caso, a competência da União será estabelecer normas gerais sobre o tema, não excluindo a competência suplementar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- III. No âmbito da competência concorrente, aos Estados é permitido legislar sobre a parte geral de direito tributário, se a União não exercer essa competência.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III.

38 Sobre o problema dos tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro, considera-se o seguinte:

- (A) os tratados internacionais de direitos humanos firmados e incorporados pelo Brasil, anteriormente à Emenda Constitucional nº 45/2004, possuem hierarquia de norma suprallegal.
- (B) podem ter hierarquia suprallegal, basicamente em uma hipótese, ou ainda o mesmo nível de emenda à Constituição, basicamente em duas hipóteses.
- (C) o § 3º do art. 5º da Constituição Federal impede que tratados internacionais de direitos humanos aprovados com menos de 3/5 de deputados e senadores, em turno e retorno, tenham eficácia jurídica, dada a ampliação desmesurada do bloco de constitucionalidade.
- (D) caso um tratado internacional seja firmado pelo Presidente da República e pelo presidente ou líder do outro País, é possível extrair-lhe efeitos jurídicos a partir desse ato, haja vista a previsão do § 1º do art. 5º da Constituição Federal.
- (E) embora haja a previsão explícita, na Constituição Federal, do procedimento para incorporação de tratados internacionais de direitos humanos, ainda não houve aprovação de tratado dessa natureza com nível de emenda à Constituição, o que dependerá de atos políticos complexos, envolvendo os Poderes Executivo e Legislativo do Brasil e do(s) Estado(s) estrangeiro(s).

39 Em relação ao princípio da proporcionalidade no estudo dos direitos fundamentais, concebe-se, como seu aspecto relevante:

- (A) a concepção de que este princípio tem sua aplicação indicada para as relações que envolvam direitos fundamentais de defesa de particular perante o Estado e, portanto, não deve ser utilizado para casos de litígios entre particulares, relação na qual não ocorre a imperatividade estatal.
- (B) que o subprincípio da necessidade se configura atendido em um caso concreto quando uma norma jurídica assegura um direito fundamental, independentemente de considerar outro direito fundamental, este menos importante.
- (C) que as expressões “adequação”, “necessidade” e “proporcionalidade em sentido estrito” indicam subprincípios utilizados na aplicação do princípio.
- (D) o dever de ser trabalhado pelo(a) intérprete em situações de alegado excesso por parte do Estado contra os direitos do cidadão; porém, nos casos de proteção insuficiente, é inviável a aplicação do princípio, pois não há possibilidade de exercer adequadamente o juízo de ponderação.
- (E) a possibilidade de o princípio resolver problemas de colisão entre direitos fundamentais, por meio da decisão de validade de um direito e da não validade do outro.

40 Em relação à intervenção federal, de acordo com a Constituição, pode-se afirmar que:

(A) Para garantir o livre exercício do Poder Legislativo dos Estados, o Presidente da República poderá decretar a intervenção de maneira espontânea.

(B) Quanto ao procedimento, a intervenção federal decretada a partir de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, por julgar violados princípios constitucionais por parte de autoridade do Estado, terá validade se for aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional e decretada pelo Presidente da República.

(C) A intervenção por requisição não é vinculante para o Presidente da República.

(D) É admitido à União intervir em municípios, desde que sejam capitais de estados, sempre que houver violação de direitos fundamentais.

(E) As intervenções federais espontâneas, decretadas por decisão do Presidente da República, sofrem controle político, podendo, portanto, ser rejeitadas pelo poder de controle.

D7 – DIREITO TRIBUTÁRIO GERAL

41 A eficácia das leis tributárias que estabelecem ou aumentam tributos, com base nos princípios constitucionais da anterioridade comum e nonagesimal, prevê o seguinte:

(A) O Imposto de Renda, embora constitucionalmente dispensado de observar a regra da noventena, é sujeito à anterioridade de exercício, no que diz respeito à revogação de uma isenção não onerosa, conforme tese adotada no julgamento do Tema 1.383 do Supremo Tribunal Federal, que superou sua antiga Súmula 615.

(B) A ampliação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), à medida que se relaciona a um elemento quantitativo essencial da regra matriz de incidência tributária, implica a observância cumulativa da anterioridade comum e da nonagesimal, a menos que a alteração corresponda apenas a uma atualização monetária por índice oficial, conforme a Súmula 160 do Superior Tribunal de Justiça.

(C) As contribuições para a seguridade social permitem que a lei ou medida provisória que as estabelece tenha eficácia dentro do mesmo exercício financeiro, independentemente da data de publicação, de acordo com o entendimento da Súmula 669 do STF, por se submeterem à anterioridade mitigada.

(D) A norma legal que promove a redução do prazo para o pagamento da obrigação tributária principal está sujeita à regra da noventena, pois é o fenômeno da "surpresa tributária", que, neste caso, mitiga a aplicação da Súmula Vinculante 50, em respeito ao princípio da segurança jurídica.

(E) Devido à sua natureza marcadamente extrafiscal e função regulatória, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é exceção constitucional a ambas as modalidades de anterioridade, permitindo que o ato do Poder Executivo que eleva suas alíquotas tenha efeito pleno e imediato após a publicação.

42 À luz do Código Tributário Nacional (CTN) e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, no caso de um negócio jurídico sujeito a condição suspensiva, o fato gerador da obrigação tributária ocorre

(A) no momento da celebração do negócio jurídico, desde que os elementos materiais da hipótese de incidência estejam presentes, sendo irrelevante, para fins tributários, a eficácia civil do ato, conforme a interpretação objetiva do fato gerador consagrada no art. 118 do CTN.

(B) com o implemento da condição, momento em que a situação jurídica se torna definitivamente constituída, de acordo com o que dispõem os artigos 116, inciso II, e 117, inciso I, do CTN.

(C) quando o auto de infração é lavrado pela autoridade administrativa, pois, a identificação de dolo, fraude ou simulação abre a possibilidade de ignorar a condição suspensiva, com base na jurisprudência do STF sobre a repressão de práticas evasivas e elusivas abusivas.

(D) quando os efeitos econômicos do negócio jurídico são verificados no mundo fático, mesmo que a condição suspensiva não seja implementada, de acordo com a Súmula do STJ, dispondo que a materialidade econômica do fato prevalece sobre a forma jurídica adotada pelas partes.

(E) na data em que o contrato é registrado no cartório competente, visto que o registro é condição de validade intrínseca do negócio jurídico tributável, operando efeitos retroativos à data da assinatura do instrumento particular para fins de contagem da prescrição.

43 Acerca da competência tributária, considerando o modelo federativo adotado pela Constituição da República, as disposições do Código Tributário Nacional e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, estabelece-se que

(A) a competência tributária é a parcela de poder político-jurídico para a instituição de tributos e a delimitação de seus contornos impositivos, conferida a determinado ente político, nos termos da lei complementar específica, sendo permitida a sua delegação a pessoas jurídicas de direito público somente para fins de fiscalização e arrecadação.

(B) a prestação de ações e serviços de saúde por empresas de economia mista corresponde a uma atuação própria do poder estatal, razão pela qual a imunidade tributária prevista na alínea “a” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal se aplica a tais entidades, independentemente da existência de acionistas privados com fins lucrativos, uma vez que a essencialidade do serviço público supera a natureza jurídica da entidade.

(C) a União é competente para cobrar impostos municipais em Territórios Federais, desde que estes não sejam divididos em Municípios, sendo também responsável pela instituição dos impostos de competência estadual nesses territórios.

(D) a imunidade tributária é uma limitação constitucional ao poder de tributar e funciona como uma causa de exclusão da competência tributária atribuída ao ente federativo, desde que esteja prevista na lei complementar que institui o tributo.

(E) o não exercício da competência tributária pelo ente federativo, em relação aos tributos discriminados na Constituição Federal, permite a atuação supletiva da União, quando necessário, para o cumprimento dos requisitos essenciais de responsabilidade na gestão fiscal e na arrecadação efetiva de tributos.

44 Considere as seguintes assertivas:

I. A imunidade recíproca não alcança o pagamento do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação por parte de entidades públicas, quando são oneradas por efeito da repercussão tributária.

II. A União publica, em 20.09.2025, Medida Provisória que aumenta a alíquota de IPI sobre eletrodomésticos, a qual é convertida em lei em 20.01.2026. À luz do princípio da anterioridade anual aplicável a este imposto, o referido aumento somente poderá produzir efeitos no exercício financeiro seguinte.

III. A reserva de lei complementar para a instituição de impostos pela União restringe-se aos impostos residuais previstos no art. 154, inciso I, da Constituição Federal, não se aplicando a outros impostos expressamente discriminados no texto constitucional.

IV. Encartes de propaganda distribuídos com jornais e periódicos não estão abrangidos pela imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea “d”, da Constituição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e IV, apenas.

(B) I, III e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

45 Considere as seguintes assertivas:

I. O contribuinte pode escolher o seu domicílio tributário nos termos da lei. Porém, o domicílio pode ser estabelecido de ofício pela autoridade administrativa, quando o escolhido pelo contribuinte torna difícil a fiscalização, aplicando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 127 do Código Tributário Nacional.

II. A sujeição passiva indireta, na forma de responsabilidade tributária, requer previsão legal específica e não deve ser confundida com a figura do contribuinte; pode alcançar um terceiro que não tenha relação direta com a materialidade do fato gerador, desde que haja vínculo jurídico definido em lei.

III. O aumento da alíquota do tributo por ato do Poder Executivo, em casos excepcionalmente previstos na Constituição, pode ter efeitos imediatos, mesmo em relação a fatos geradores já ocorridos no mesmo exercício financeiro, desde que seja respeitado o limite legal previamente estabelecido.

IV. O lançamento regularmente notificado constitui o crédito tributário e torna o tributo exigível, permitindo a revisão de ofício apenas nos casos específicos do Art. 149 do Código Tributário Nacional, sendo proibida a modificação retroativa dos critérios legais adotados, mesmo dentro do prazo de prescrição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e II, apenas.

(B) I, II, III e IV.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

46 A Cia Abaetetuba S.A elaborou suas demonstrações contábeis em conformidade com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), adotando integralmente os conceitos definidos no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. A gestão da Cia Abaetetuba S.A, ao realizar a análise de determinados eventos e posições patrimoniais, teve dúvidas quanto à correta classificação de alguns itens entre Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, especialmente em razão da existência de incertezas, das condições contratuais e da distinção entre forma jurídica e essência econômica. Para esclarecer essas dúvidas, a gestão deverá levar em consideração que

(A) recursos recebidos pela Cia Abaetetuba S.A, ainda que sujeitos à obrigação presente de devolução, caso determinadas condições não sejam cumpridas, devem ser reconhecidos como Patrimônio Líquido por não configurarem exigibilidade certa.

(B) a incerteza quanto ao valor ou ao prazo de liquidação impede o reconhecimento de um passivo da Cia Abaetetuba S.A, devendo tais obrigações ser classificadas, enquanto persistir a incerteza, como Patrimônio Líquido.

(C) um recurso controlado pela Cia Abaetetuba S.A deve ser reconhecido como Ativo sempre que houver expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, ainda que inexista direito presente decorrente de evento passado.

(D) um item integra o Patrimônio Líquido quando representa direito residual sobre os ativos da Cia Abaetetuba S.A, após a dedução de todos os seus passivos, independentemente da forma jurídica do instrumento que lhe deu origem.

(E) uma obrigação somente pode ser classificada como Passivo quando houver exigibilidade legal imediata e mensurável, sendo insuficiente a existência de obrigação presente decorrente de práticas usuais da Cia Abaetetuba S.A.

47 A Cia Salva Terra S.A, do setor industrial, adquiriu, em 02/01/2024, um equipamento complexo composto por diferentes partes relevantes, com padrões distintos de consumo de benefícios econômicos. O equipamento foi reconhecido inicialmente como Ativo Imobilizado, pelo seu custo total. Em 02/01/2025, uma das partes relevantes do equipamento foi substituída integralmente, sendo essa parte responsável por parcela significativa do custo originalmente reconhecido. A substituição aumentou a eficiência operacional do equipamento, mas não alterou sua capacidade produtiva total.

Considerando as disposições do CPC 27 – Ativo Imobilizado, quanto ao tratamento contábil aplicável à substituição ocorrida em 02/01/2025, o contador da Cia Salva Terra S.A deverá observar que

(A) o custo da parte substituída deve ser integralmente reconhecido como despesa no resultado do exercício, enquanto o custo da nova parte deve ser capitalizado apenas se houver aumento da capacidade produtiva do equipamento.

(B) o custo da nova parte deve ser capitalizado como Ativo Imobilizado, e o valor contábil da parte substituída deve ser baixado do Ativo, ainda que esse valor não esteja individualmente identificado na contabilidade.

(C) o custo da substituição deve ser capitalizado como manutenção corretiva, permanecendo o valor contábil da parte substituída registrado no Ativo até o fim da vida útil do equipamento.

(D) o custo da nova parte deve ser reconhecido como despesa do período, pois não houve aumento da vida útil econômica nem da capacidade produtiva total do equipamento.

(E) o custo da nova parte somente poderá ser capitalizado caso a entidade adote o modelo de reavaliação, para mensuração subsequente do Ativo Imobilizado.

RASCUNHO

48 A Comercial Portel Ltda, durante o mês de junho de 2025, incorreu nos seguintes fatos que afetaram seu caixa e equivalente de caixa:

1. Aquisição, à vista, de móveis destinados ao uso em sua loja.
2. Recebimento de valores provenientes de clientes, relativos às vendas de mercadorias.
3. Integralização de capital em dinheiro, realizada pelos proprietários da entidade.
4. Concessão, à vista, de empréstimo a outra entidade, com vencimento superior a doze meses.
5. Pagamento de principal de empréstimo bancário anteriormente contratado.

Considerando as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa –, a Comercial Portel Ltda deveria classificar, respectivamente, esses fatos em:

- (A) investimento, operacional, financiamento, investimento e financiamento.
- (B) investimento, operacional, financiamento, financiamento e operacional.
- (C) operacional, investimento, financiamento, investimento e financiamento.
- (D) financiamento, operacional, investimento, investimento e financiamento.
- (E) investimento, investimento, financiamento, operacional e financiamento.

49 A Cia Marituba S.A, em 31/12/2024, realiza o teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa (UGC) composta por ativos industriais. No processo do teste de recuperabilidade, foram apurados os seguintes valores para a respectiva UGC:

- Valor justo líquido de despesa de venda: R\$ 4.800.000,00
- Valor em uso: R\$ 5.200.000,00
- Valor contábil da UGC: R\$ 5.500.000,00
- Valor histórico da UGC: R\$ 7.800.000,00

Com base no conceito de valor recuperável definido no CPC 01 (R1), é correto afirmar que o valor recuperável dessa unidade geradora de caixa (UGC) é

- (A) R\$ 3.000.000,00.
- (B) R\$ 4.800.000,00.
- (C) R\$ 5.200.000,00.
- (D) R\$ 5.500.000,00.
- (E) R\$ 2.300.000,00.

50 A Cia Brasil Novo S.A comercializa equipamentos eletrônicos com garantia legal de 12 meses, cobrindo defeitos de fabricação. Com base em dados históricos e expectativas atualizadas, a administração estimou, para o exercício social de 2025, os seguintes cenários relacionados aos produtos vendidos:

- 70% dos equipamentos não apresentarão defeitos;
- 20% apresentarão defeitos leves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 900.000,00, caso ocorressem em todos os produtos;
- 10% apresentarão defeitos graves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 3.000.000,00, caso ocorressem em todos os produtos.

Considerando as orientações do CPC 25, especialmente no que se refere à mensuração de provisões quando envolvem grande população de itens, a Cia Brasil Novo S.A. deve reconhecer, em 31/12/2025, uma provisão para garantias no valor de

- (A) R\$ 900.000,00, por representar o custo mais provável de ocorrer, conforme a experiência passada.
- (B) R\$ 480.000,00, obtido pela probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.
- (C) R\$ 3.000.000,00, por refletir o pior cenário possível de saída de recursos.
- (D) R\$ 1.950.000,00, correspondente à média aritmética simples entre os cenários de defeitos leves e graves.
- (E) R\$ 0,00, pois nenhum valor deve ser reconhecido, devido à ocorrência de defeitos futuros caracterizar um passivo contingente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ANALISTA FAZENDÁRIO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PSICOLOGIA

51 De acordo com a Resolução nº 001, de 22 de março de 1999, do Conselho Federal de Psicologia, sobre as questões da sexualidade, o(a) psicólogo(a) deverá

(A) contribuir, com seus conhecimentos, para a promoção de ações, tratamentos e orientações sobre patologias e práticas homossexuais.

(B) atuar segundo os princípios éticos da profissão, em especial, aqueles que disciplinam a discriminação e a promoção e bem-estar das pessoas e da humanidade.

(C) contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles(as) que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

(D) exercer ações que facilitem a compreensão da patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas.

(E) colaborar com eventos e serviços que proponham tratamento, por meio de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa.

52 A Resolução nº 18, de 2002, do Conselho Federal de Psicologia, que dispõe sobre as normas de atuação para profissionais da Psicologia, em relação ao preconceito e à discriminação racial, estabelece que

(A) esses(as) profissionais atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com ações que favoreçam a divulgação de discriminação ou preconceito de raça ou etnia.

(B) esses(as) profissionais, no exercício profissional, não poderão intervir perante o crime do racismo, cabendo o mesmo às autoridades competentes.

(C) as técnicas psicológicas que reforçam preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação poderão ser utilizadas para fins de pesquisas.

(D) esse(a) profissional não concorrerá com eventos ou serviços que sejam de natureza discriminatória ou que contribuam para o desenvolvimento de culturas institucionais discriminatórias.

(E) esses(as) profissionais poderão realizar quaisquer pronunciamentos públicos em suas redes sociais pessoais sobre raça e etnia, tendo assim garantido seu direito constitucional de liberdade de expressão.

53 De acordo com a Resolução nº 08, de 2020, do Conselho Federal de Psicologia, que dispõe sobre as normas do exercício profissional, em relação à violência de gênero, o(a) profissional de Psicologia

(A) deverá, juntamente com a equipe multiprofissional atuante no caso, intensificar o atendimento e a medicalização de mulheres vítimas de violência.

(B) considerará aspectos de raça, etnia, orientação sexual, deficiência em relação à mulher, seja ela cisgênero, transexual ou travesti, e à pessoa com expressões não-binárias de gênero, dentre outras.

(C) poderá criar e usar instrumentos, métodos e técnicas psicológicas baseadas em estereótipos que beneficiem a vítima.

(D) desenvolverá ações que reflitam a culturas institucionais discriminatórias, assediadoras, violentas.

(E) interferirá na autonomia da vítima, favorecendo patologizações e revitimizações.

54 A Resolução nº 14, de 28 de junho de 2023, do Conselho Federal de Psicologia, destaca a avaliação de riscos psicossociais relacionados ao trabalho e reforça o seguinte:

(A) a atuação das psicólogas e dos psicólogos, na avaliação dos fatores de risco, deverá ser alinhada às Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego.

(B) as resoluções, diretrizes e recomendações de demais órgãos governamentais não asseguram uma abordagem técnica e ética voltada à promoção da saúde mental no ambiente de trabalho.

(C) o trabalho profissional do(a) psicólogo(a), nesse campo, deve observar prioritariamente o conjunto normativo da organização, para análise dos fatores de risco.

(D) ao constatar fatores de risco à segurança e à saúde no trabalho, o(a) psicólogo(a) atentará apenas a seguir as normas supralegais que fazem parte de sua competência.

(E) o(a) psicólogo(a) atuará no âmbito da saúde, com foco apenas nas relações individuais de cada trabalhador no mundo contemporâneo do trabalho e suas formas de desgaste.

55 A Resolução CFP nº 09/2024, que regula o uso de Tecnologias Digitais na Psicologia e revoga a necessidade de cadastro no e-Psi, dispõe o seguinte:

(A) o(a) profissional da Psicologia, em consonância com os preceitos éticos da profissão, deve avaliar as condições contextuais e tecnológicas de confidencialidade e privacidade das informações das pessoas e instituições objeto de seus serviços.

(B) as competências e habilidades, dos(as) psicólogos(as), envolvidas no manejo das TDICs são exatamente iguais às das execuções presenciais.

(C) o(a) psicólogo(a) não precisa considerar as características do usuário do serviço no manejo das Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs), uma vez que será realizado por meio digital.

(D) a atuação profissional que utiliza Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) poderá ser realizada independentemente da distância geográfica entre o prestador de serviço e o usuário.

(E) por se tratar de atendimento a distância, o(a) psicólogo(a) não terá os meios para atender ou direcionar as demandas de urgência e emergência que ocorram durante a prestação do serviço.

56 No que se refere às teorias e ao manejo da Síndrome Geral de Adaptação (SGA), analise as assertivas abaixo.

I. A eficácia do manejo depende da prevenção da progressão da fase de exaustão.

II. Orientar a pessoa para que tenha conversas com amigos é uma boa estratégia para o gerenciamento de estresse.

III. A SGA não é diretamente reconhecida por uma legislação trabalhista específica como uma condição médica a ser diagnosticada ou tratada isoladamente.

IV. Suporte social, técnicas de relaxamento, dieta balanceada e atividade física são estratégias de manejo do estresse.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I, apenas.

(B) II, III e IV, apenas.

(C) III, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) II e IV, apenas.

57 A adesão ao tratamento, definida como um comportamento relacionado à saúde/doença e à compreensão dos fatores que levam as pessoas a aderir ou não às recomendações médicas, considera o seguinte:

(A) nos modelos cognitivos, o conceito de autoeficácia é um contingente para explicar as diferenças encontradas no nível dos comportamentos de adesão terapêutica.

(B) o conceito de adesão não se circunscreve apenas a desvios no plano de tratamento, mas a comportamentos tais como faltar às consultas ou não tomar medicação.

(C) fatores religiosos ou transpessoais não são considerados preditores da adesão ao tratamento.

(D) a Teoria da Ação Racional (TAR) não é utilizada na tentativa de prever e determinar o grau em que pacientes aderem ao tratamento.

(E) a não-adesão ao tratamento é o conceito tradicionalmente usado para designar a falha em seguir as prescrições médicas.

58 Em relação aos estilos de enfrentamento (*coping*), analise as afirmativas a seguir:

I. Existe uma abordagem focada no problema, que atua na causa do sofrimento.

II. Há uma abordagem focada nas emoções, que visa reduzir as emoções negativas associadas ao problema.

III. Há uma abordagem focada no significado e em quais estratégias cognitivas o indivíduo utiliza para derivar a situação.

IV. A busca de apoio emocional em seu meio social é uma estratégia de enfrentamento social.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, II, III e IV.

59 A Declaração Universal de Direitos Humanos dispõe que

(A) todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos na referida Declaração, considerando sua espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento.

(B) a condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa será considerada para efeitos dessa declaração.

(C) o casamento somente será válido com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

(D) a família, por se tratar de uma instituição privada, não tem direito à tutela da sociedade e do Estado.

(E) o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e alienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

60 A Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, dispõe que é uma forma de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras, a violência

(A) física, entendida como a conduta que machuque a integridade física, e possa ser verificada na perícia médica.

(B) psicológica, entendida como a conduta que lhe cause Transtorno do Estresse pós-traumático.

(C) sexual, entendida como conduta que a force a participar de relação sexual não desejada.

(D) moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

(E) patrimonial, entendida como a conduta que retenha recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

61 São considerados critérios para definir uma urgência psiquiátrica para intervenção em situações de crise:

(A) sintomatologia psiquiátrica grave ou aguda; grave ruptura das relações familiares ou sociais; recusa de tratamento ou estímulos, mas aceitação do contato; recusa obstinada de contato com equipes de tratamento psiquiátrico; situação de alarme e risco no contexto familiar ou social, traduzindo-se em incapacidade de se defrontar com a crise.

(B) sintomatologia orgânica; grave ruptura das relações familiares ou sociais; recusa de tratamento; recusa obstinada de contato com equipes de tratamento psiquiátrico.

(C) grave ruptura das relações familiares ou sociais; crises menores; recusa de tratamento ou estímulos, mas aceitação do contato.

(D) sintomatologia psiquiátrica grave ou aguda; grave ruptura das relações familiares ou sociais; violência pura; recusa obstinada de contato com equipes de tratamento psiquiátrico.

(E) sintomatologia orgânica; grave ruptura das relações familiares ou sociais; recusa de tratamento; recusa obstinada de contato com equipes de tratamento psiquiátrico; violência pura; ideação suicida.

62 No que se refere aos modelos de intervenções psicossociais em crise, emergência e catástrofe, a Psicologia

(A) apenas deve atuar no atendimento imediato que proponha o alívio do sofrimento psicológico agudo da fase de emergência.

(B) não deve incorporar às equipes de Defesa Civil, mas orientar as ações da mesma.

(C) se situa na composição da rede de cuidados, em intervenções que vão desde a prevenção até o pós-desastre, atuando conjuntamente com diferentes setores.

(D) se concentra em tratamentos individuais e na oferta de atendimentos psicoterápicos aos afetados.

(E) atua diante das fatalidades provocadas pela natureza ou pelo simples avanço tecnológico.

63 No que se refere à atuação de profissionais da Psicologia, diante da política de redução de danos eleita pelo Ministério da Saúde como estratégia de saúde pública a partir de 2003, pode-se afirmar o seguinte:

(A) o usuário de drogas precisa ser atendido em serviços especializados para tratamento de álcool e outras drogas.

(B) os profissionais da Psicologia, envolvidos na equipe profissional, não devem julgar ou censurar moralmente comportamentos dos indivíduos, seja com relação ao uso de substâncias psicoativas ilícitas ou a condutas antagônicas à moral e aos costumes tidos como aceitáveis.

(C) as pessoas que fazem uso de drogas (lícitas ou ilícitas) deixam de ser sujeitos de direitos, devido à criminalização do uso de substâncias ilícitas, e buscam garantir seu acesso às políticas públicas.

(D) diante do agravamento do quadro clínico, pode ser necessária a internação compulsória, sugerida pelo profissional.

(E) o esforço profissional deverá ser pautado no objetivo do alcance da abstinência.

64 O tratamento da dependência de Internet e de jogos eletrônicos deve

- (A) compreender que não há censura e classificação indicativa dos jogos.
- (B) intervir fundamentalmente na dinâmica emocional envolvida na identificação com personagens ou narrativas.
- (C) restringir o uso de telas, pois não faz sentido o tratamento se não há outras opções disponíveis.
- (D) compreender suas múltiplas dimensões afetivas, simbólicas, econômicas e comportamentais, para que o uso seja consciente e equilibrado.
- (E) consentir com os sistemas de monetização envolvidos na dependência emocional.

65 No que se refere à atuação de profissionais da Psicologia no ambiente de trabalho, no enfrentamento ao assédio moral e sexual, esse(a) profissional

- (A) deverá estar integrado a um conjunto de ações e políticas estruturadas, que promovam uma abordagem sistêmica e preventiva na organização.
- (B) realizará diagnósticos para identificar as lideranças negativas e eliminar fatores ambientais da prática do assédio.
- (C) intervirá e combaterá o assédio, com o foco nas ações já existentes.
- (D) mediará as relações entre agressor e vítima, focalizando no restabelecimento do *status quo* da vítima.
- (E) deixará o monitoramento do absenteísmo e da rotatividade para outros setores.

66 No que se refere à Resolução nº 02/2016, do Conselho Federal de Psicologia, sobre a Avaliação Psicológica em Concurso Público, é correto afirmar o seguinte:

- (A) a designação de um(a) psicólogo(a) perito(a), por medida judicial, para exame dos documentos produzidos pelo(a) psicólogo(a) representante do reclamante e da Banca Revisora, deverá pressupor fundamentação teórica, na área de Psicologia, do parecer emitido pelo(a) perito(a).
- (B) na elaboração do edital, não é obrigatória a participação de profissional da área da Psicologia, podendo ser facultada a definição a outro profissional competente.
- (C) o(a) psicólogo(a) deverá declarar-se impedido(a) de avaliar candidatos(as) com os(as) quais tenha relação de parentesco.
- (D) os(as) psicólogos(as), ou a comissão responsável, deverão ser designados(as) pela instituição, devendo todos(as) estar regularmente inscritos(as) em Conselho Regional de Psicologia.
- (E) o edital do concurso público especificará, de modo objetivo, os construtos/dimensões psicológicos(as) a serem avaliados, devendo, ainda, detalhar os procedimentos cabíveis para interposição de recursos.

67 Em relação à transferência de aprendizagem e ao impacto do treinamento no trabalho, podemos afirmar que

- (A) a transferência de aprendizagem se refere somente ao que foi adquirido em treinamento, diretamente relacionada àquelas competências previstas no programa (impacto em amplitude).
- (B) a decisão sobre o que fazer para que ocorra a transferência de aprendizagem depende da análise da avaliação de reação ao treinamento.
- (C) a transferência de aprendizagem é o indicador mais utilizado em pesquisas de TD&E, para verificar a aplicação de competências no trabalho.
- (D) a medida de transferência de aprendizagem é suficiente para analisar os efeitos da ação instrucional no desempenho global, atitudes e motivação do indivíduo.
- (E) são indicadores de impacto do treinamento no trabalho: comportamentos e resultados; absenteísmo e rotatividade; saúde dos trabalhadores.

68 A elaboração de projetos na área de gestão de pessoas envolve 5 (cinco) etapas distintas, sendo elas:

- (A) diagnóstico, planejamento, execução, avaliação e encerramento.
- (B) planejamento, execução, avaliação, monitoramento e fechamento.
- (C) execução, avaliação, monitoramento, planejamento estratégico e encerramento.
- (D) avaliação, planejamento estratégico, permutação, ação e encerramento.
- (E) levantamento de necessidades, execução, elaboração, avaliação e conclusão.

69 São considerados princípios fundamentais de Direitos Humanos:

- (A) liberdade; divisibilidade; fraternidade; universalidade.
- (B) dignidade humana; universalidade; indivisibilidade e interdependência; igualdade e não discriminação; liberdade e participação.
- (C) universalidade; fraternidade; direito à vida; divisibilidade.
- (D) direito à vida; liberdade; segurança.
- (E) inalienabilidade; fraternidade; universalidade; direito à vida.

70 As principais características do modelo de gestão moderno consideram

- (A) o organograma da empresa; a cultura organizacional; as políticas de controle; o armazenamento de informações.
- (B) o mercado de trabalho; o poder organizacional; a discriminação; a diversidade.
- (C) as relações interpessoais; o ambiente físico organizacional; o poder.
- (D) a formação da cultura organizacional; as linhas de poder; as ações estratégicas da organização; as competências na análise de desempenho; o clima organizacional.
- (E) a cultura organizacional; as atitudes no trabalho; a centralização; as relações de poder; o planejamento estratégico.

71 No que se refere à Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), são elementos que colaboram para o bem-estar físico, mental e social do colaborador no ambiente organizacional:

- (A) clima organizacional; autonomia; flexibilidade.
- (B) ambiente de trabalho saudável; cultura organizacional; equilíbrio pessoal-profissional; desenvolvimento e valorização; saúde mental e física.
- (C) relação com os colegas; lideranças participativas; ginásticas laborais; absenteísmo.
- (D) desenvolvimento pessoal; rotatividade; liderança; poder.
- (E) ambiente de trabalho sem ruídos e luminosidade; cultura organizacional; relações interpessoais; ações que promovam o bem-estar emocional e previnam o esgotamento.

72 A Psicodinâmica do Trabalho busca compreender

- (A) os aspectos visíveis vivenciados pelos trabalhadores no seu contexto laboral.
- (B) o trabalho como elemento importante, mas não central na saúde e na formação de identidade dos indivíduos.
- (C) e intervir em situações hipotéticas na clínica do trabalho, em relação a motivação e estratégias defensivas.
- (D) a clínica do trabalho como espaço de cura do sofrimento laboral.
- (E) os aspectos subjetivos que são mobilizados a partir das relações e da organização do trabalho.

73 O planejamento estratégico, no processo de gestão de pessoas, tem como finalidade

- (A) avaliar desempenho para promover uma rotatividade e a não cristalização da organização.
- (B) obter as diretrizes capazes de garantir a continuidade da empresa e a eficácia necessária.
- (C) flexibilizar o modelo de gestão, para que todos os membros da organização possam participar dos momentos decisórios.
- (D) permitir o processo decisório, compatível com a maioria dos membros da organização.
- (E) promover o empoderamento dos membros da organização, para a gestão e a responsabilidade administrativa.

74 No que se refere à administração dos Primeiros Socorros Psicológicos, o(a) psicólogo(a) deve considerar três componentes básicos para sua atuação:

- (A) a observação, a escuta e a aproximação.
- (B) o *Rapport*, a observação e a intervenção.
- (C) a urgência; a observação e o atendimento.
- (D) a emergência; a escuta e a aproximação.
- (E) a observação, a aproximação e a avaliação.

75 No que se refere ao impacto da Inteligência Artificial (IA) na Psicologia, pode-se afirmar o seguinte:

- (A) a exatidão da informação produzida pela IA reduz erros que reforçam discriminações.
- (B) a IA pode sistematizar informações de avaliação psicológica e apoiar decisões mais céleres e contextualizadas.
- (C) a avaliação do impacto da IA na Psicologia deve ser pautada em métricas de inovação e produtividade.
- (D) por operar com base em grandes modelos matemáticos, a aplicação de IA em contextos psicológicos exige cautela, pois pode produzir respostas assertivas.
- (E) o uso crescente das ferramentas de IA não deve ser interpretado e aceito de forma automática ou irrestrita; exige da categoria profissional uma postura atenta, crítica e ética, capaz de avaliar os limites, riscos e possibilidades de sua utilização.

76 O sr. João Silva compareceu em consulta psicológica e, ao final desta, solicitou ao psicólogo que lhe entregasse um documento comprovando seu comparecimento (caso hipotético). Nesse caso, embasado na Resolução nº 6/2019, o psicólogo emitiu um(a)

- (A) Declaração.
- (B) Atestado Psicológico.
- (C) Laudo Psicológico.
- (D) Parecer Psicológico.
- (E) Relatório Psicológico.

77 A sra. Maria Souza levou sua filha Laura, de 6 anos, para uma avaliação psicológica, por orientação da equipe técnica (Psicóloga, Pedagoga e Fonoaudióloga) da escola em que a criança estuda, devido a aluna estar apresentando comportamentos agressivos (caso hipotético). Após avaliação, a psicóloga, embasada na Resolução nº 6/2019, emitiu um(a)

- (A) Atestado Psicológico.
- (B) Laudo Psicológico.
- (C) Relatório Psicológico.
- (D) Relatório Multiprofissional.
- (E) Parecer Psicológico.

78 No que se refere ao código de ética profissional do psicólogo, quanto aos princípios fundamentais, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. O psicólogo zelar para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, responsabilidade, respeito, sigilo e criticidade.

PORQUE

- II. Almeja a saúde mental e o bem estar dos indivíduos em sua prática profissional.

A respeito dessas asserções, é correto afirmar que

- (A) as asserções I e II são proposições verdadeiras e a asserção II é uma justificativa da I.
- (B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a asserção II não é uma justificativa da I.
- (C) a asserção I é uma proposição verdadeira e a asserção II é uma proposição falsa.
- (D) a asserção I é uma proposição falsa e a asserção II é uma proposição verdadeira.
- (E) as asserções I e II são proposições falsas.

79 De acordo com a Resolução nº 6/2019, quanto aos princípios técnicos, considere as seguintes afirmativas:

- I. O documento escrito deve considerar a natureza dinâmica, não definitiva, intrapsíquica do fenômeno psicológico.
- II. A elaboração de documentos é resultado de uma avaliação e/ou intervenção psicológica, observando os efeitos dos condicionantes históricos e sociais nos fenômenos psicológicos.
- III. Toda e qualquer modalidade de documento deverá ter todas as laudas numeradas, assinadas, carimbadas da primeira até a última lauda.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III.

80 No que se refere à entrevista clínica, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. É uma técnica de investigação que possibilita avaliar, inferir, observar e tomar decisões.

PORQUE

- II. É uma técnica diretiva em que se faz necessário o estabelecimento do *Rapport* para que seja efetivado o processo de mudança de comportamento.

A respeito dessas asserções, é correto afirmar que

- (A) as asserções I e II são proposições verdadeiras e a asserção II é uma justificativa da I.
- (B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a asserção II não é uma justificativa da I.
- (C) a asserção I é uma proposição verdadeira e a asserção II é uma proposição falsa.
- (D) a asserção I é uma proposição falsa e a asserção II é uma proposição verdadeira.
- (E) as asserções I e II são proposições falsas.

81 No que se refere à avaliação psicológica, de acordo com a Resolução nº 31/2022, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. Os testes psicológicos psicométricos aprovados pelo CFP para uso profissional são considerados recursos fundamentais para o levantamento de informações.

PORQUE

II. São instrumentos padronizados que mensuram de forma objetiva aspectos psicológicos, primando pela validade e fidedignidade.

A respeito dessas asserções, é correto afirmar que

- (A) as asserções I e II são proposições verdadeiras e a asserção II é uma justificativa da I.
- (B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a asserção II não é uma justificativa da I.
- (C) a asserção I é uma proposição verdadeira e a asserção II é uma proposição falsa.
- (D) a asserção I é uma proposição falsa e a asserção II é uma proposição verdadeira.
- (E) as asserções I e II são proposições falsas.

82 Os testes psicológicos abrangem

- (A) escalas, inventários, métodos psicométricos e projetivos.
- (B) escalas, inventários, métodos psicométricos e expressivos.
- (C) testes, inventários, métodos projetivos e expressivos.
- (D) testes, escalas, inventários, questionários, métodos projetivos e expressivos.
- (E) escalas, questionários, métodos projetivos e expressivos.

83 No que se refere às fases do desenvolvimento, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. A perspectiva do estudo do desenvolvimento em estágios considera a plasticidade como uma característica presente ao longo do processo de desenvolvimento humano.

PORQUE

II. O desenvolvimento é dinâmico e em cada estágio ocorre constante processo de evolução.

A respeito dessas asserções, é correto afirmar que

- (A) as asserções I e II são proposições verdadeiras e a asserção II é uma justificativa da I.
- (B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a asserção II não é uma justificativa da I.
- (C) a asserção I é uma proposição verdadeira e a asserção II é uma proposição falsa.
- (D) a asserção I é uma proposição falsa e a asserção II é uma proposição verdadeira.
- (E) as asserções I e II são proposições falsas.

84 Considere as seguintes afirmativas:

I. O desenvolvimento do pensamento pós-formal é uma característica cognitiva da vida adulta.

II. O desejo de intimidade e a generatividade são características atribuídas ao desenvolvimento adulto.

III. A ambivalência afetiva e as flutuações de humor são aspectos do desenvolvimento emocional da vida adulta.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III.

85 No que se refere às características do processo de envelhecimento, considere as seguintes afirmativas:

I. Mudanças no processamento da informação.

II. Desaceleração da memória operacional.

III. Declínio na flexibilidade do pensamento.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

86 De acordo com a Resolução n.º 13/2022, considere as seguintes afirmativas:

- I. “proceder ao registro do serviço prestado, de modo físico”.
- II. “disponibilizar o Código de Ética Profissional do Psicólogo, por meio físico ou virtual”.
- III. “ao prestar serviço de psicoterapia, a psicóloga e o psicólogo devem estabelecer contrato, verbal ou escrito, com a pessoa atendida ou responsável legal”.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

87 No que se refere à Psicanálise na concepção de Freud, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. Não há nenhuma descontinuidade na vida mental.

PORQUE

II. Cada evento mental é determinado pelos fatos que o precederam.

A respeito dessas asserções, é correto afirmar que

- (A) as asserções I e II são proposições verdadeiras e a asserção II é uma justificativa da I.
- (B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a asserção II não é uma justificativa da I.
- (C) a asserção I é uma proposição verdadeira e a asserção II é uma proposição falsa.
- (D) a asserção I é uma proposição falsa e a asserção II é uma proposição verdadeira.
- (E) as asserções I e II são proposições falsas.

88 No que se refere à abordagem Comportamental de Skinner, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. A personalidade é definida como um conjunto de padrões de comportamento.

PORQUE

II. Necessita de reforçadores para ser controlada de modo funcional.

A respeito dessas asserções, é correto afirmar que

- (A) as asserções I e II são proposições verdadeiras e a asserção II é uma justificativa da I.
- (B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a asserção II não é uma justificativa da I.
- (C) a asserção I é uma proposição verdadeira e a asserção II é uma proposição falsa.
- (D) a asserção I é uma proposição falsa e a asserção II é uma proposição verdadeira.
- (E) as asserções I e II são proposições falsas.

89 No que se refere à abordagem Humanista Existencial, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. O self está potencialmente disponível à tomada de consciência racional.

PORQUE

II. É variável e passa por redefinição constante.

A respeito dessas asserções, é correto afirmar que

- (A) as asserções I e II são proposições verdadeiras e a asserção II é uma justificativa da I.
- (B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a asserção II não é uma justificativa da I.
- (C) a asserção I é uma proposição verdadeira e a asserção II é uma proposição falsa.
- (D) a asserção I é uma proposição falsa e a asserção II é uma proposição verdadeira.
- (E) as asserções I e II são proposições falsas.

90 No que se refere à psicometria, considere as seguintes afirmativas:

- I. Um teste é válido quando é comprovado que ele realmente mede aquilo que supostamente objetiva medir.
- II. Um teste apresenta fidedignidade quando ele mede o construto com baixa margem de erros.
- III. Um teste apresenta precisão quando é reduzida a sua falibilidade na aferição dos construtos.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

91 De acordo com o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), são considerados testes psicológicos de personalidade favoráveis

- (A) NEO FFI-R, IFP II, BAAH/S, QUATI.
- (B) TPC, QUATI, IFP-R, BFM-1.
- (C) NEO PI-R, BFP, BGFM-1, IFP 6.
- (D) BFP, NEO PI-R, BDA, IFP 6.
- (E) EFN-R, BFP, NEO FFI-R, IFP II.

92 O parecer psicológico é um documento

- (A) fruto de uma avaliação psicológica minuciosa e metódica.
- (B) que visa esclarecer dúvidas de uma questão-problema ou documento psicológico.
- (C) que apresenta narrativa precisa, detalhada, fidedigna e didática.
- (D) que considera os determinantes culturais, contextuais e históricos.
- (E) narrativo, descritivo, minucioso e circunstanciado.

93 De acordo com o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), são testes de habilidades que estão favoráveis para uso na prática profissional:

- (A) CMMS3, SSRS e IFP-R.
- (B) EFN-R, MRI e IHSC.
- (C) THCP, MRI e TPC.
- (D) BAAH/S, IHSA2 e QUATI.
- (E) SSRS, IHSC e BAAH/S.

94 Na escolha dos instrumentos adequados para a realização de uma avaliação psicológica o(a) psicólogo(a) deverá considerar:

- I. os objetivos da avaliação.
- II. as características singulares do indivíduo a ser avaliado.
- III. suas habilidades de manejo técnico e interpessoal.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

95 A técnica de entrevista, quanto à estrutura, pode ser classificada como

- (A) psicoterápica e não estruturada.
- (B) narrativa e semiestruturada.
- (C) não estruturada e de seleção.
- (D) estruturada e de encaminhamento.
- (E) diagnóstica e de desligamento.

96 Os objetivos do Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) envolvem:

- I. Incentivar o planejamento para o futuro.
- II. Refletir acerca dos aspectos positivos e negativos dessa fase.
- III. Avaliar alterações emocionais e comportamentais.

É (São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

97 De acordo com o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), são testes projetivos que estão favoráveis para uso na prática profissional:

- (A) HTP, IFP-R e BFP.
- (B) IFP-R, HTP e SAT.
- (C) SAT, Z-SC e MRI.
- (D) Z-SC, SAT e HTP.
- (E) IFP-R, BFP e HTP.

- 98** De acordo com a Resolução nº6/2019, a estrutura do Laudo Psicológico é composta por
- (A) identificação, descrição da demanda, procedimento, análise e conclusão.
 - (B) identificação, descrição da demanda, procedimento, análise, conclusão e referências.
 - (C) identificação, descrição da queixa, procedimento, análise, conclusão e referências.
 - (D) identificação, descrição da queixa, procedimento, análise e conclusão.
 - (E) identificação, descrição da demanda, procedimento, resultado, conclusão e referências.

- 99** No que se refere à técnica de entrevista, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:
- I. O entrevistador deve conduzir diretamente o processo de coleta de informações de forma aprofundada, atingindo o objetivo principal da técnica.

PORQUE

- II. Uma entrevista é considerada funcional e eficiente quando atinge o objetivo proposto, coletando uma variedade de informações.

A respeito dessas asserções, é correto afirmar que

- (A) as asserções I e II são proposições verdadeiras e a asserção II é uma justificativa da I.
- (B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a asserção II não é uma justificativa da I.
- (C) a asserção I é uma proposição verdadeira e a asserção II é uma proposição falsa.
- (D) a asserção I é uma proposição falsa e a asserção II é uma proposição verdadeira.
- (E) as asserções I e II são proposições falsas.

- 100** De acordo com a abordagem cognitiva de Aaron Beck, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

- I. O funcionamento psicológico é dependente de crenças, esquemas e valores morais.

PORQUE

- II. Os valores morais, as crenças e os esquemas têm influência direta nas antecipações cognitivas.

A respeito dessas asserções, é correto afirmar que

- (A) as asserções I e II são proposições verdadeiras e a asserção II é uma justificativa da I.
- (B) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a asserção II não é uma justificativa da I.
- (C) a asserção I é uma proposição verdadeira e a asserção II é uma proposição falsa.
- (D) a asserção I é uma proposição falsa e a asserção II é uma proposição verdadeira.
- (E) as asserções I e II são proposições falsas.